

JOSÉ MURARI BOVO

**SISTEMATIZAÇÃO CRÍTICA DA PRODUÇÃO
ACADÊMICA.**

**Texto apresentado à Faculdade de Ciências e
Letras – UNESP – Campus de Araraquara, para o
Concurso de Livre Docência na disciplina
Economia do Setor Público.**

ARARAQUARA - 2010

A realização do concurso de Livre-Docência, conforme a Resolução UNESP 5 de 17/03/2003, que estabelece as normas específicas para sua efetivação pressupõe, por parte do candidato, maturidade acadêmica conquistada após a obtenção do título de Doutor. Maturidade que deve ser demonstrada por meio das atividades de ensino - na graduação e pós-graduação *stricto sensu* - de pesquisa e de extensão. A Resolução considera ainda que: a) a aquisição de experiência administrativa possibilita a coordenação de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão e, b) o desenvolvimento de pesquisa original ou texto que sistematize a produção acadêmica do candidato é fundamental para mostrar sua maturidade científica, especialmente após o Doutorado, quando se tem acesso às agências de fomento.

Sendo assim, constitui um momento importante de reflexão sobre a vida acadêmica do candidato, pois é a oportunidade de avaliar sua trajetória de trabalho que, em última instância, inclui tanto as atividades-meio quanto as atividades-fins da Universidade.

O presente texto tem como conteúdo principal o relato e a análise de duas linhas de pesquisa que reputamos importantes dentro de nossa produção acadêmica. A primeira envolve os projetos, as atividades de pesquisa, os trabalhos técnicos, as orientações e supervisões e a produção bibliográfica desenvolvidos na área de economia do setor público. O sistema tributário brasileiro, o federalismo fiscal, e as finanças municipais foram os principais temas trabalhados. Na segunda linha estão as atividades de pesquisa, as palestras, as entrevistas e a produção bibliográfica relativas ao estudo dos impactos econômicos da UNESP para os municípios.¹

¹ Os principais livros, relatórios, textos que fazem parte da produção bibliográfica citada ao longo deste relato seguem em anexo.

1 – Os impactos econômicos da UNESP para os municípios.

Sem qualquer relação com o grau de importância que, eventualmente, poderia ser atribuído às duas linhas de pesquisa iniciaremos o relato por meio da avaliação crítica das atividades de pesquisa que tiveram como objeto de estudo os impactos econômicos da UNESP para os municípios.

A idéia da realização desta pesquisa nasceu em uma conversa informal entre um grupo de docentes. Especulava-se a respeito da peculiar distribuição geográfica das unidades universitárias da UNESP e sobre os efeitos econômicos para os municípios decorrentes de sua existência.

Logo esta idéia transformou-se em um projeto de pesquisa que tinha como objetivo investigar uma das faces, até então, pouco conhecida da universidade pública: ou seja, sua importância econômica para as cidades onde estão instaladas, como resultado dos empregos diretos e indiretos gerados pelo desenvolvimento de suas atividades, do efeito multiplicador dos investimentos das unidades universitárias e dos gastos de consumo dos docentes, dos servidores técnico-administrativos e dos alunos.

O livro “*Universidade e Comunidade: Avaliação dos Impactos Econômicos e da Prestação de Serviços*”, publicado pela Editora UNESP em 1999, foi o resultado de três pesquisas realizadas entre 1996 e 1997 nos *Campus* da UNESP.

A primeira, que representou um primeiro teste em um universo menor, teve como objetivos dimensionar o montante de recursos monetários movimentados pelas unidades universitárias existentes no *Campus* de Araraquara e avaliar o impacto econômico da circulação desses recursos para o município.

A segunda buscou apropriar os custos dos serviços de extensão prestados à comunidade pela UNESP com um corte específico: aqueles que são dirigidos para a área de saúde da população. Ao perseguir este objetivo, esta segunda pesquisa reuniu indicadores que demonstraram o significado social representado pela oferta desses serviços uma vez que eles contribuem para a implantação das políticas públicas. Como subproduto, foi desenvolvida uma metodologia de apropriação de custos aplicada às especificidades desses serviços de extensão.

A terceira pesquisa ampliou o campo de investigação da primeira através da aplicação de sua metodologia para os *Campi* da UNESP existentes em 14 municípios do interior do Estado de São Paulo.

A motivação maior que levou à realização das pesquisas foi contribuir para ampliar o conhecimento de uma questão pouco estudada, ou seja, qual a importância e o significado das universidades públicas como fonte de dinamismo para as economias das cidades onde estão localizadas? No caso da UNESP, não é demais repetir, a explicitação deste significado tornava-se mais instigante dada a sua peculiar distribuição geográfica, com a existência de *Campus* em 15² cidades do Estado de São Paulo.

Tão importante quanto a ampliação deste conhecimento era a necessidade de prestar contas à população das atividades desenvolvidas pelas universidades como contrapartida dos recursos públicos recebidos. No contexto político dos anos 90, onde as teses neoliberais exerciam uma forte influência, as universidades públicas eram freqüentemente acusadas de ineficientes e vistas, pelas autoridades governamentais, apenas como unidades de despesa.

Os resultados das pesquisas realizadas mostraram duas faces importantes da inserção social das universidades públicas. Uma como fonte de dinamismo econômico para as cidades onde estão instaladas e, outra, como prestadoras de serviços para a população, contrariando a opinião daqueles que, alicerçados em uma visão contábil míope, as enxergavam somente como fontes de gastos.

As três pesquisas realizadas em meados dos anos 90 e que resultaram na publicação do livro supracitado tiveram o mérito de trazer ao conhecimento público duas questões relevantes relacionadas à existência das universidades públicas.

De um lado, a movimentação de um montante expressivo de recursos monetários através do pagamento dos salários de professores e de funcionários; dos investimentos em obras e equipamentos; das demais despesas de custeio; dos gastos dos alunos oriundos de outras cidades cujo montante aumentava à medida que novos cursos iam sendo criados e novas vagas eram abertas nos já

² Tanto nesta quanto nas demais pesquisas desenvolvidas sobre o tema, o Campus que abriga o Instituto de Artes do Planalto localizado na cidade de São Paulo não foi incluído em razão do reduzido impacto de seus gastos no contexto da cidade de São Paulo.

existentes. Este conjunto de fatores exercia um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais. Assim, ao processo de diversificação e de qualificação do ensino e das atividades culturais das cidades do interior paulista onde as unidades da UNESP estavam instaladas, agregavam-se os efeitos econômicos resultantes dos dispêndios necessários ao seu funcionamento e dos empregos diretos e indiretos gerados pela sua existência.

De outro, o retorno dado pela universidade à sociedade a partir dos recursos que recebe. No caso da UNESP e, de modo geral, das demais universidades públicas, sua atuação tem contribuído para aprofundar a inserção social nas cidades onde elas estão presentes. E isto tem ocorrido não somente em razão do crescimento quantitativo e qualitativo de suas atividades de ensino e pesquisa, mas especialmente, através da prestação de serviços colocados à disposição da sociedade pelas unidades universitárias de seus diversos *Campus*. No caso da UNESP, podem ser citados:

- Os serviços de saúde ofertados pela Faculdade de Medicina e pelo Hospital Universitário que atendem a população de dezenas de municípios de São Paulo e de outros estados;
- Ainda na área de saúde, destacam-se os serviços médicos, odontológicos, fisioterápicos, psicoterapêuticos, farmacêuticos e fonoaudiológicos;
- Os serviços e as técnicas desenvolvidos pelas Faculdades de Ciências Agrônomicas e de Medicina Veterinária que contribuem para o desenvolvimento das atividades produtivas, sobretudo do setor agropecuário;
- As pesquisas e as ações desenvolvidas no campo da política ambiental, que resultam na ampliação do conhecimento teórico e das técnicas de preservação do meio ambiente, decisivos para a intervenção do setor público nesta área;
- As assessorias a órgãos públicos, prefeituras e empresas privadas; os cursos de extensão e de especialização dirigidos a profissionais de várias áreas; o desenvolvimento de novos métodos e técnicas a partir das pesquisas realizadas por professores e alunos.

Portanto, além dos efeitos econômicos para as economias locais decorrentes da movimentação de seus recursos monetários ficou também evidenciado que os

serviços de extensão prestados pela UNESP tinham um impacto social significativo de dimensão municipal, regional e até interestadual.

De modo especial, foram objeto da pesquisa aqueles serviços que, constituindo parte da formação profissional dos alunos dos cursos de graduação, são dirigidos para a área de saúde da população e representam as atividades de extensão socialmente mais significativas uma vez que contribuem para a melhoria das condições de saúde da população atendida.

A pesquisa mostrou a contribuição da UNESP para as políticas públicas de caráter social nos municípios onde ela está presente e para parcela significativa dos habitantes dos municípios de seu entorno.

Estas constatações permitiram trabalhar com a seguinte hipótese: na inexistência desses serviços era viável supor que grande parte da demanda seria dirigida para o setor público municipal que, para o seu atendimento, teria de realizar um investimento equivalente ao da universidade para montar a infraestrutura e contratar o pessoal especializado. Ou então, o não atendimento dessa demanda pelo município, provocaria um agravamento das condições de saúde da população diante dos preços cobrados pelas clínicas particulares. Acrescente-se que, de um modo geral, os planos particulares de saúde impõem um limite de atendimento para alguns desses serviços, ou sequer os contempla.

Os indicadores de custos dos serviços de saúde trabalhados na pesquisa mostraram que o atendimento de alto padrão proporcionado pelas universidades públicas é realizado a um custo muito baixo. Ao prestar tais serviços elas estão colaborando para a melhoria da saúde da população, dos sistemas de proteção social e, conseqüentemente, para a implantação das políticas públicas.

Ficou também demonstrado que o desenvolvimento das atividades que atendem parte da demanda da população por serviços de saúde ao contribuir para a implantação das políticas públicas de caráter social, tem implicações diretas sobre as finanças dos municípios. Na inexistência desses serviços esta demanda seria dirigida para o setor público o que implicaria no aumento das despesas da administração municipal. Ou então, caso esta demanda não fosse atendida, os problemas sociais seriam agravados.

Estas considerações permitiam apontar o equívoco cometido por muitos homens públicos que consideram as universidades apenas como unidades de despesa. A relevância dos serviços prestados à sociedade demonstrada pela pesquisa contrariava a opinião daqueles que, baseados em uma visão contábil equivocada, viam as universidades públicas somente como fonte de gastos de recursos. Esta visão despreza o elevado patrimônio científico, educacional e tecnológico das universidades que têm contribuído para aprofundar seus vínculos com os setores produtivos, com a cultura, com a execução das políticas públicas e com a sociedade, de modo geral.

Decorridos mais de dez anos da realização da pesquisa é importante realizar uma avaliação crítica dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa e dos resultados obtidos.

Para apreender os impactos econômicos para os municípios decorrentes da presença da UNESP foi necessário criar procedimentos metodológicos específicos. Isto porque, de um lado, não existia nenhum parâmetro comparativo que pudesse ser utilizado como referência metodológica, pelo menos que fosse de nosso conhecimento. Na época (1996), o levantamento bibliográfico resultou na seleção e leitura de um único trabalho de qualidade cujos objetivos se identificavam com nossa pesquisa. Este trabalho de investigação intitulado “*Les retombées économiques des activités de recherche de l'Université de Montréal et des écoles, hôpitaux et instituts affiliés*” foi coordenado pelo Professor Fernand Martin do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade de Montreal. A pesquisa que deu origem a este trabalho foi realizada em 1996, no mesmo ano em que a pesquisa sobre a UNESP foi iniciada.

Muito embora a leitura deste importante trabalho realizado na Universidade de Montreal tenha contribuído para a definição das ferramentas metodológicas adequadas para dimensionar os impactos econômicos da UNESP para os municípios, foi necessário criar ferramentas específicas. Por várias razões.

Em primeiro lugar, porque os objetivos da pesquisa desenvolvida na Universidade de Montreal tinham maior amplitude. De acordo com o seu

coordenador a pesquisa procurava mostrar “o impacto econômico das atividades de trabalho científico da Universidade de Montreal medido de três maneiras”:

1 - O cálculo do impacto estático bruto que mede os efeitos das despesas do trabalho científico da Universidade de Montreal, dos hospitais, das escolas e institutos filiados, calculado segundo o multiplicador estático. O impacto econômico bruto assim calculado é aquele que comumente é utilizado para avaliar o impacto econômico das atividades comerciais. Neste cálculo são incluídos: os salários dos professores imputados às atividades de pesquisa; as despesas dos participantes de congressos, colóquios ou seminários científicos realizados anualmente; as despesas de subsistência dos estudantes dos segundos e terceiros ciclos;

2 - O cálculo do impacto estático líquido que basicamente considera o impacto negativo das subvenções governamentais. Ou seja, quando um governo subvenciona qualquer atividade, ele reproduz uma redução momentânea das despesas globais na economia, pois o governo deve reduzir suas outras despesas num montante equivalente. Ora, como essas despesas têm também um efeito multiplicador, há diminuição da demanda global; e assim uma atividade completamente subvencionada não tem nenhum efeito líquido;

3 - O cálculo do impacto dinâmico que mostra como a Universidade, por meio das atividades de trabalho científico, modifica a estrutura industrial do país e contribui para o enriquecimento coletivo. Ele vem de um efeito dificilmente reproduzido (a exceção de empresas de alta tecnologia) por outras atividades comerciais como o esporte, a cultura etc. O impacto dinâmico se mede pela contribuição de uma atividade de melhoramento do capital humano e pela transferência da tecnologia.

Além da maior amplitude de objetivos havia que considerar:

- a distinta distribuição geográfica;
- as diferenças entre as estruturas físicas das duas universidades;

- a maior quantidade de indicadores e de variáveis utilizados na pesquisa do Prof^o Fernand Martin;

- as diferentes formas de financiamento e de repasses de recursos públicos para as duas universidades.

Grosso modo, os recursos financeiros da Universidade de Montreal provem de cinco diferentes fundos de financiamento sendo um deles originário de dotação orçamentária do governo de Quebec que é integralmente utilizado para o pagamento de pessoal e reflexos. Além dele, existem ainda o Fundo de Imobilizações que representa o valor do inventário líquido; o Fundo de Subscrição; o Fundo de Dotação e o Fundo com Restrição que só pode ser utilizado de acordo com a alocação pré-estabelecida pelo provedor. Os recursos deste Fundo procedem majoritariamente dos Governos do Canadá e de Quebec e servem para financiar majoritariamente a pesquisa.

No caso da UNESP, com a obtenção da autonomia financeira das universidades públicas paulistas, através do decreto-lei N.º 598/89, mais de 90% de suas receitas provem de um percentual da arrecadação do ICMS do Estado. As receitas originárias de outras fontes são pouco expressivas na composição do orçamento. Isto implicava em utilizar indicadores e instrumentos metodológicos que dessem conta desta característica.

Um dos capítulos do livro publicado em 1996 contém a apresentação da metodologia que foi utilizada para apreender os impactos econômicos da UNESP. Metodologia que precisava incorporar algumas especificidades que a distinguem de outras universidades.

A segunda questão, relativa aos procedimentos metodológicos, está presente no terceiro capítulo do livro "*Universidade e Comunidade: Avaliação dos Impactos Econômicos e da Prestação de Serviços*" que tratou, especificamente, da apropriação dos custos dos serviços prestados pela UNESP na área de saúde e do seu significado do ponto de vista da implantação das políticas públicas de corte social. Neste capítulo, foram apresentados os resultados da pesquisa que tinha como objetivos:

1 - dimensionar os custos de uma das atividades-fins da UNESP, ou seja, a prestação de serviços à comunidade com um corte específico: aqueles que, fazendo parte da formação profissional dos alunos, são dirigidos para a área de saúde da população; 2 - reunir informações a respeito destas atividades, cuja divulgação pudesse contribuir para reafirmar o relevante papel social que ela desempenha³; 3 – a partir da constatação de que a crise de financiamento do setor público e as constantes oscilações na arrecadação do ICMS impõem a busca sistemática por uma gestão financeira eficiente a pesquisa pretendia contribuir para a organização de um sistema de controle de custos que permitisse à universidade aperfeiçoar a administração de seu orçamento.

Para efeito de medir os custos pretendidos foi utilizado o método de **Custeio por Absorção** que é um dos mais indicados para a apropriação dos custos indiretos, em função das diferentes características das unidades pesquisadas - que foram tratadas como Centros de Custos - e da diversidade de custos indiretos envolvidos em seu funcionamento. Este método permite também estruturar um sistema de informações para implantação de uma Contabilidade de Custos constituindo-se num instrumento para o planejamento de um Sistema de Orçamento de Custos e Despesas Departamentais.

Até aqui a escolha da metodologia utilizada para apropriação dos custos dos serviços de saúde não apresentava nenhuma novidade em relação aos sistemas freqüentemente utilizados para o dimensionamento e controle dos custos das empresas. No entanto, não se tratava de dimensionar os custos de produção de uma empresa e sim de apropriar custos de serviços de saúde prestados à população por uma universidade. Até onde sabíamos não existia nenhum trabalho que tivesse tratado desta questão.

Sendo assim, o método de **Custeio por Absorção** desenvolvido na Contabilidade de Custos sofreu algumas adaptações. A natureza da instituição pesquisada e a inexistência de parâmetros comparativos exigiram adaptações e

³ Não havia a intenção de avaliar o grau de eficiência das unidades ou das clínicas pesquisadas no que se refere aos recursos utilizados e aos serviços prestados, da perspectiva de uma análise do tipo custo-benefício. Nesse sentido, o conceito de custo utilizado e os resultados obtidos não tiveram como objetivo avaliar eficiência, mas sim, mostrar à sociedade o retorno proporcionado, na forma de serviços prestados, como contrapartida dos recursos públicos recebidos.

mesmo improvisações nos procedimentos metodológicos⁴. Assim, a inexistência ou o desconhecimento de trabalhos que tivessem utilizado a metodologia dos sistemas de controle de custos para a apropriação dos custos dos serviços de extensão prestados pela universidade induziram ao desafio das adaptações.

Dessa forma, era forçoso reconhecer que alguns procedimentos utilizados na apropriação de alguns componentes dos custos, especialmente os indiretos, eram passíveis de terem provocado distorções nos resultados obtidos.

Por outro lado, era preciso também considerar alguns fatores que poderiam ter contribuído - em graus variados nas diferentes unidades pesquisadas - para a existência das referidas distorções.

Em primeiro lugar, a qualidade e a escassez das informações trabalhadas. O seu elevado grau de agregação e o fato das unidades universitárias não utilizarem procedimentos contábeis para dimensionar custos exigiram as mencionadas adaptações e improvisações metodológicas.

Em segundo lugar, devem ser consideradas as dificuldades encontradas para a atualização monetária dos equipamentos existentes nas clínicas que foram objeto de estudo, com especial destaque para o Hospital Universitário de Botucatu, dadas a diversidade e a quantidade dos equipamentos utilizados. Como os equipamentos são patrimoniados pelo seu valor simbólico, foi necessária a realização de um levantamento de preços nas empresas fornecedoras. Diante disso, para efeito do cálculo dos custos de depreciação, foram contabilizados somente os equipamentos de maior valor unitário. Evidentemente que esta decisão implicou em uma subestimação dos custos relativos à depreciação, o que não alterou significativamente o custo total.

Portanto, nas duas principais questões que foram objeto de investigação da pesquisa foi necessário adaptar e alterar o instrumental metodológico conhecido. Penso que essas adaptações e alterações significaram a contribuição da pesquisa para o aperfeiçoamento deste instrumental quando aplicado a estudos dos efeitos decorrentes da existência e do funcionamento da universidade pública.

⁴ Estes procedimentos encontram-se descritos no próprio terceiro capítulo.

A pesquisa sobre os impactos econômicos da UNESP para os municípios foi realizada mais duas vezes. Em 2002 e 2008. O objetivo foi atualizar as informações obtidas na pesquisa anterior considerando que entre os anos de 1996, 2002 e 2008 a UNESP cresceu de forma expressiva⁵. E este crescimento, como ficou demonstrado, ampliou expressivamente os impactos econômicos que haviam sido dimensionados na primeira pesquisa.

Os dados obtidos nas pesquisas realizadas em 2002 e 2008 permitiram comparar a evolução temporal dos referidos impactos resultantes da ampliação do número de cursos, de unidades, de *Campus*, de alunos, de docentes e de servidores técnico-administrativos.

Nestas pesquisas repetiram-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de 1996. No entanto, não foram atualizados o levantamento e a análise dos custos dos serviços de saúde prestados pelas unidades universitárias⁶.

A pesquisa de 2002 resultou na publicação do segundo livro intitulado “Impactos Econômicos e Financeiros da UNESP para os Municípios” enquanto que a de 2008, com o mesmo título, foi publicada na forma de Relatório de Pesquisa⁷. A versão integral desta pesquisa – conforme explicitado abaixo - será publicada na forma de livro.

Embora as pesquisas que procuraram medir os impactos econômicos da UNESP para os municípios tenham alcançado resultados expressivos é preciso reconhecer que elas poderiam ter ido mais longe. Por várias razões vale a pena refletir sobre esta constatação.

⁵ Os dados relativos ao crescimento da UNESP entre 1996 e 2008 encontram-se no capítulo 1 do Relatório da pesquisa realizada em 2008.

⁶ A renovação da pesquisa sobre os custos dos serviços de saúde teria exigido um financiamento de valor significativo. O aguçamento da crise financeira da UNESP naquele momento tornou impossível a obtenção de recursos. Além disso, a pesquisa sobre os custos dos serviços de saúde não teve a repercussão obtida pela pesquisa sobre os impactos econômicos.

⁷ A publicação dos principais resultados da pesquisa na forma de Relatório foi uma decisão tomada em uma situação emergencial. Como a Reitoria estava negociando a obtenção de recursos financeiros em várias instâncias governamentais para cobrir parte dos gastos com a expansão, era importante mostrar os efeitos dinâmicos da presença da UNESP nos municípios.

Se compararmos a pesquisa realizada pelo Prof. Fernand Martin na Universidade de Montreal com a realizada na UNESP, de imediato, chama a atenção as diferenças em termos da amplitude de objetivos em favor da primeira.

A pesquisa coordenada pelo Prof. Fernand Martin teve como principal objetivo dimensionar o impacto econômico dos gastos decorrentes das atividades de pesquisa da Universidade de Montreal, dos hospitais, das escolas e institutos filiados, medido de três maneiras, conforme explicitado acima: o cálculo do impacto estático bruto; o cálculo do impacto estático líquido; e, o cálculo do impacto dinâmico.

Fundamentalmente, a pesquisa do Prof. Martin procurou medir o impacto dinâmico das atividades de pesquisa: 1 - na transferência de tecnologia para as empresas; 2 - na melhoria do capital humano; e, 3 - na criação de empregos diretos e indiretos na cidade de Montreal.

Já a pesquisa sobre a UNESP procurou medir os impactos econômicos por meio do montante de recursos financeiros injetados nos municípios pelas unidades universitárias (salários, investimentos, outras despesas de custeio, gastos dos alunos). Para tanto, foram utilizados os seguintes indicadores de gastos: despesas com pessoal e reflexos; despesas com vales refeição e transporte; despesa com bolsas e auxílios; outras despesas de custeio; e, investimentos. Também foram mensurados os gastos dos alunos (graduação e pós-graduação) com: aluguel, manutenção; alimentação; transportes; lazer; material didático; cursos em geral.

Considerando que a principal fonte de receita da UNESP é proveniente de um percentual da arrecadação de um tributo de competência estadual (ICMS) isto justificou tomar como parâmetros comparativos algumas categorias da receita municipal, tais como: receita total, cota-parte do ICMS municipal; cota-parte do FPM; ICMS efetivamente arrecadado no município; IPVA.

Assim foi possível comparar o montante de recursos provenientes do ICMS injetados pela UNESP nos municípios (denominado na pesquisa como ICMS UNESP) com o montante recebido pelo município via cota-parte do ICMS. Esta comparação permitiu também calcular o quanto do montante do ICMS

efetivamente arrecadado por meio das atividades econômicas locais retornava para os municípios via UNESP.

Portanto, estas características relativas à principal fonte de financiamento da UNESP induziram à utilização de indicadores e de ferramentas metodológicas específicas que permitissem medir e avaliar os impactos econômicos da existência da UNESP em vários municípios do interior do Estado de São Paulo.

A agregação dos indicadores de gastos decorrentes da existência da UNESP (salários, investimentos, outras despesas de custeio, gastos dos alunos) permitiu a comparação dos recursos injetados pelos *Campi* com a receita total dos municípios o que ia ao encontro do principal objetivo da pesquisa: dimensionar os impactos econômicos da UNESP para os municípios.

Estas considerações reforçam as afirmações a respeito da maior amplitude da pesquisa realizada na Universidade de Montreal e sobre o fato de que a pesquisa sobre a UNESP poderia ter ido mais longe.

E poderia, se a ela fossem acrescentados outros objetivos, tais como:

- Quantificar o número de empregos diretos e indiretos gerados pela existência das unidades universitárias em vários municípios;
- Dimensionar o efeito multiplicador dos investimentos realizados pelas unidades universitárias;
- Calcular, para cada município onde existem unidades da UNESP, o Potencial de Consumo representado pela soma dos salários dos docentes, dos servidores técnico-administrativos e dos gastos dos alunos comparando-o, em termos de participação relativa, com o Potencial de Consumo dos municípios⁸.
- Avaliar a contribuição da UNESP para a formação do capital humano da sociedade por meio da quantidade anual de profissionais formados. Esta avaliação tem como fundamento a idéia segundo a qual *“a contribuição específica e insubstituível da universidade consiste na formação do capital humano e, a partir deste capital*

⁸ O indicador Potencial de Consumo foi desenvolvido pelo SEBRAE.

humano, no seu poder de atração, retenção e geração de empresas"
(MARTIN, F. op. cit.).

Em todo o período compreendido entre 1999 (ano da publicação do livro com os resultados da primeira pesquisa) e 2008 (quando foi realizada a terceira pesquisa) a questão da ampliação dos objetivos e, conseqüentemente, da utilização de outros indicadores de avaliação dos impactos econômicos, foi frequentemente considerada.

No entanto, a idéia não foi concretizada, ou seja, foram mantidos o instrumental metodológico e a avaliação dos impactos econômicos por meio dos indicadores definidos na primeira pesquisa.

Não é uma tarefa fácil explicar as razões desta decisão. Na verdade, foram razões muito mais subjetivas relacionadas ao sentimento (*feeling*) decorrente das repercussões da pesquisa. Não há porque ser modesto. Os resultados da primeira pesquisa sobre os impactos para os municípios da existência da UNESP tiveram uma repercussão extraordinária.

A administração da universidade, seu corpo docente, seus funcionários, seus alunos, prefeitos, vereadores, deputados, a mídia em geral foram surpreendidos com os resultados da pesquisa. Tornava-se evidente, agora por meio de inúmeros indicadores, a importância da UNESP para os municípios que abrigavam seus *Campi*. Esta repercussão foi ainda maior com a publicação dos resultados da segunda pesquisa realizada em 2002.

Entrevistas e matérias na mídia (jornais, programas de TV), convites para palestras tanto na universidade quanto em eventos organizados por municípios passaram a ser freqüentes. Ou seja, cresceu significativamente o interesse de inúmeros municípios em abrigar unidades da UNESP. A pesquisa também contribuiu para intensificar o diálogo entre, de um lado, diretores e docentes das unidades universitárias e, de outro, prefeitos, vereadores, empresas públicas e privadas no sentido de ampliar as ações conjuntas por meio de convênios e de projetos de extensão.

A partir de 2003, quando a UNESP intensificou o seu processo de ampliação por meio da criação de novos *Campi*⁹ verificou-se uma intensa disputa entre inúmeros municípios para abrigá-los.

Sem dúvida, a repercussão acima descrita foi um fator decisivo para a manutenção dos procedimentos e objetivos definidos na primeira pesquisa. Ora, porque alterar procedimentos e indicadores que eram compreendidos e assimilados pelas pessoas que tomavam conhecimento dos resultados da pesquisa?

Paradoxalmente, também é preciso considerar que apesar do pequeno grau de complexidade dos procedimentos e dos indicadores utilizados ocorreram, dentro e fora da universidade, dificuldades para entender algumas categorias e relações trabalhadas na pesquisa e, conseqüentemente alguns resultados obtidos.

Ou seja, a ampliação dos objetivos da pesquisa e a introdução de novos e mais refinados indicadores dos impactos econômicos poderiam ter dois efeitos opostos: 1) contribuir para aprofundar o conhecimento dos impactos econômicos da universidade pública; 2) aumentar o número de pessoas com dificuldades para apreender categorias e relações trabalhadas na pesquisa.

Estas constatações, dúvidas e receios aliados ao sentimento que havíamos trilhado um caminho profícuo levaram à manutenção dos objetivos, categorias e indicadores utilizados na primeira pesquisa. Em outras palavras, considerando que a pesquisa assumiu um caráter institucional ao contribuir para o conhecimento e para a divulgação da UNESP estava justificada a referida manutenção.

Encontra-se em fase de elaboração duas atividades que deverão complementar a pesquisa realizada em 2008.

A primeira é um estudo a respeito da eficácia das políticas de inclusão social implantadas nos anos recentes com o objetivo de ampliar o número de alunos oriundos da escola pública que: a) se inscrevem nos vestibulares e, b) que, após aprovação, efetuam matrícula nos vários cursos da UNESP. As informações decorrentes deste estudo, na medida em que apontem para resultados positivos, podem reforçar a idéia de que a UNESP, em razão de sua distribuição geográfica,

⁹ A criação de novos cursos em unidades já existentes também integrou este processo de crescimento.

proporciona maiores oportunidades de ingresso para os estudantes das escolas públicas e/ou de menor nível de renda familiar.

A segunda é a elaboração de um perfil sócio-econômico dos municípios onde os *Campi* da UNESP estão instalados com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as características e as peculiaridades das cidades que abrigam as unidades universitárias¹⁰.

Após o cumprimento destas etapas a terceira versão da pesquisa será publicada na forma de livro como ocorreu com as duas anteriores.

Para finalizar a avaliação crítica desta linha de pesquisa desenvolvida durante boa parte de minha trajetória intelectual e de minhas atividades como pesquisador reafirmo algumas idéias presentes ao longo do texto com o objetivo de, muito mais do que enaltecer os resultados da pesquisa, ratificar a importante contribuição das universidades públicas para a sociedade.

Os dados e informações obtidos nas pesquisas sobre os impactos econômicos da UNESP para os municípios demonstraram que os investimentos governamentais nas universidades públicas e o trabalho científico por elas desenvolvido são necessários e indispensáveis para a o dinamismo das economias das cidades que as abrigam.

Há ainda a considerar as despesas de subsistência dos estudantes dos cursos tanto de graduação quanto de pós-graduação (*stricto e lato sensu*) que ao consumir bens e serviços também contribuem para o funcionamento do efeito multiplicador. Considerem-se também as despesas dos participantes dos congressos, colóquios ou seminários científicos realizados nos vários Campi¹¹ que contribuem para injetar um montante considerável de recursos financeiros nas economias locais.

Mas, embora importante, essa não é a principal contribuição da Universidade. Com efeito, aos impactos econômicos acrescenta-se o impacto

¹⁰ Este perfil sócio-econômico foi elaborado na pesquisa realizada em 2002. No entanto, é preciso reconhecer que os indicadores municipais apresentados tinham pouca relação com os resultados da pesquisa. Para a nova pesquisa os indicadores serão revistos.

¹¹ O volume de recursos envolvidos nas despesas com esses eventos não foi considerado para efeito da realização da pesquisa.

dinâmico para a sociedade resultante da formação e do melhoramento do capital humano que anualmente ingressa no mercado de trabalho.

A contribuição específica e insubstituível do trabalho científico universitário consiste na formação de capital humano e, a partir dele, no seu poder de multiplicar para a economia e para a sociedade os frutos de seu trabalho especializado.

Do ponto de vista das autoridades governamentais responsáveis pela distribuição de fundos públicos, as universidades concorrem diretamente com outras áreas do setor público (saúde, cultura, previdência social etc.). As universidades concorrem também com as atividades de todos os tipos que também reivindicam a ajuda governamental: eventos esportivos, festivais, trabalho científico e desenvolvimento privado, implantação de indústrias em regiões menos desenvolvidas ou afetadas pelo desemprego etc.

Para justificar a concessão de fundos públicos necessários para prosseguir seus objetivos, as universidades públicas devem utilizar como argumento os efeitos econômicos decorrentes de suas atividades não se limitando, como fizeram no passado, a fazer valer unicamente o seu caráter “meritório”.

Neste sentido, as universidades públicas têm a seu favor o poderoso argumento do impacto econômico de sua existência como elemento de vantagem sobre seus principais concorrentes. Com efeito, ao contrário das atividades econômicas, elas não possuem somente um impacto econômico estático (representado pelo efeito multiplicador do investimento), mas também um impacto dinâmico sobre a economia em geral. E esse efeito dinâmico é exercido pela contribuição da universidade para aumentar o produto (local, regional e nacional) graças a seu poder de formar e aperfeiçoar o capital humano que, anualmente, se integra à produção social e à transferência de tecnologia para o sistema produtivo possibilitada pelo trabalho científico que ela desenvolve.

2 – Finanças municipais, federalismo fiscal e sistema tributário brasileiro.

Na segunda linha de pesquisa desenvolvida na área de economia do setor público foram trabalhadas questões relacionadas ao sistema tributário brasileiro, ao federalismo fiscal no Brasil, às finanças públicas municipais e ao financiamento das políticas sociais.

Foi também nesta área que realizei grande parte das atividades de orientação de trabalhos acadêmicos: três dissertações de mestrado; onze trabalhos de iniciação científica; vinte e uma monografias de conclusão de cursos de especialização; e, vinte e oito trabalhos de conclusão de curso de graduação.

O primeiro trabalho na área foi desenvolvido como parte da pesquisa “A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920 – 1980)” que resultou de um convênio entre a FECAMP/Instituto de Economia/UNICAMP e a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, no período de janeiro de 1986 e março de 1987. Esta pesquisa, da qual participaram 10 pesquisadores sob a coordenação Prof. Dr. Wilson Cano, procurou reconstituir e explicar o processo histórico de urbanização no Estado de São Paulo por meio da análise dos diferentes processos constitutivos do desenvolvimento paulista: o da indústria, o da atividade agropecuária, o das atividades terciárias, o da dinâmica populacional, da produção e distribuição de energia elétrica, da evolução do sistema viário e da evolução das finanças públicas municipais.

Junto com outro pesquisador da equipe trabalhei na coleta e análise dos Indicadores das Finanças Públicas do Estado de São Paulo no período 1920 a 1980. Individualmente, elaborei relatório contendo estudo de casos sobre a evolução e o comportamento das finanças dos municípios de Araraquara, Rio Claro e Matão.

A integração a este grupo de pesquisa ocorreu no contexto da realização, como aluno, do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia/UNICAMP. Todos os pesquisadores estavam matriculados no Programa.

Esta atividade de pesquisa foi a primeira incursão na temática das finanças públicas e teve como subproduto a transformação do relatório sobre a evolução e o comportamento das finanças dos municípios de Araraquara, Rio Claro e Matão em projeto de elaboração de tese de doutoramento, conforme explicitado no Memorial.

As demais atividades de pesquisa estiveram relacionadas aos seguintes projetos:

1 - os projetos desenvolvidos no Núcleo de Conjuntura e Estudos Econômicos do Departamento de Economia;

2 - a participação nos projetos para elaboração de Diagnóstico de Potenciais Econômicos e Avaliação de Oportunidades para a Implantação do PRODER em vários municípios do Estado de São Paulo;

3 - o trabalho de pesquisa sobre federalismo fiscal e descentralização das políticas públicas que resultou na elaboração da tese de Doutorado.

Entre os projetos desenvolvidos no Núcleo de Conjuntura e Estudos Econômicos do Departamento de Economia destaca-se o convênio assinado entre a Faculdade de Ciências e Letras e a Prefeitura Municipal de Araraquara. Em cumprimento ao convênio, no período de 2000 a 2002, foram elaborados relatórios periódicos sobre a evolução e o desempenho das finanças do município de Araraquara, que estiveram sob minha coordenação.

As principais atividades desenvolvidas ao longo dos três anos de duração do convênio foram: a coleta mensal de dados diretamente dos registros da execução orçamentária do município; a montagem de planilhas com a evolução das receitas e despesas; a organização, o tratamento estatístico e o deflacionamento dos dados levantados; a análise das informações trabalhadas; e, a redação dos relatórios.

Desde o início do Convênio firmado entre a FCL/UNESP através do Centro de Conjuntura e Estudos Econômicos do Departamento de Economia e a Prefeitura do Município de Araraquara, foram produzidos dez relatórios sobre a evolução e o comportamento das finanças do município.

A série histórica de indicadores financeiros relativos às mudanças na composição e na estrutura das receitas e das despesas do município de Araraquara tinha como objetivo subsidiar a administração municipal na tomada decisões relativas à política fiscal.

É importante recordar que a conjuntura econômica daquele período foi marcada pelo agravamento da magnitude e da complexidade dos problemas sociais em decorrência da crise e da recessão dos anos 80 e 90. Esses fatores somados à crise dos serviços públicos de corte social como consequência da redução dos gastos sociais do governo federal, passaram a pressionar as administrações municipais no sentido de ampliar os gastos na área social como forma de compensar a redução dos gastos da União.

Diante disso, a possibilidade de contar com uma série de indicadores financeiros como fonte de informações adicionais para a tomada de decisões referentes às políticas públicas, de modo geral, e à política fiscal, de modo particular, constituiu uma ferramenta importante para a gestão municipal.

Adicione-se aos argumentos apresentados o fato de que as administrações dispõem de pouca flexibilidade para alterar a composição das despesas em face da gravidade e da complexidade dos problemas sociais.

Em um contexto com estas características, a política fiscal tem como uma das poucas alternativas a ampliação das receitas por meio do aumento da eficiência da administração municipal na arrecadação das receitas próprias.

Foi com este objetivo que o Centro de Conjuntura e Estudos Econômicos procurou nortear a produção dos relatórios trimestrais previstos no convênio.

As atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito dos projetos para elaboração de Diagnóstico de Potenciais Econômicos e Avaliação de Oportunidades para a Implantação do PRODER em vários municípios do Estado de São Paulo tiveram como principais objetivos:

- 1 - Dar suporte à implantação de ações que estimulassem seu desenvolvimento. Estas ações deveriam ter como ponto de partida as virtudes e potencialidades dos municípios, viabilizando a criação de condições de

competitividade no atendimento da demanda por produtos e serviços com a conseqüente geração de emprego e renda;

2 - Analisar as características estruturais da economia local e a dinâmica das atividades econômicas, do ponto de vista de renda ou de emprego gerado, disponibilizando as informações necessárias para a identificação de homogeneidade econômica do espaço geográfico, sobre o qual seriam avaliadas as potencialidades de crescimento.

As atividades para a elaboração de Diagnóstico de Potenciais Econômicos e Avaliação de Oportunidades para a Implantação do PRODER foram desenvolvidas em quatro projetos distintos a partir de convênios celebrados entre o SEBRAE/SP e a Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP), a saber:

1 - Diagnóstico Sócio-Econômico, Tendências e Potencialidades dos Municípios Situados no entorno da Rodovia Fernão Dias. Municípios estudados: Bragança Paulista, Atibaia, Pinhalzinho, Nazaré Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Pedra Bela, Piracaia, Mairiporã, Joanópolis, Tuiuti e Vargem. 1999.

2 - Diagnóstico de Potenciais Econômicos e Avaliação de Oportunidades para a Implantação do PRODER nos municípios da RG de Jundiaí. Municípios estudados: Jundiaí, Louveira, Cabreúva, Campo Limpo, Itatiba, Itupeva, Morungaba, Várzea Paulista e Jarinu. 1999.

3 - Diagnóstico de Potencial Econômico e Avaliação de Oportunidades para a Implantação do PRODER nos Municípios de Iacri, Pompéia e Tupã. 1999.

4 - Diagnóstico de Potencial Econômico e Avaliação de Oportunidades para a Implantação do PRODER nos municípios de Leme, Pirassununga e Brotas. 2000.

O estudo das características sócio-econômicas dos municípios pesquisados teve como um de seus componentes a análise da estrutura e da evolução das suas finanças. A orientação básica que permeava a análise financeira dos

municípios partia do princípio de que o estudo do comportamento e da evolução das suas receitas e despesas permitiria avaliar a capacidade dessas esferas de governo para desencadear programas e políticas de abrangência municipal e regional que possibilitassem:

- 1) O desenvolvimento de atividades com capacidade para a geração de emprego e renda.
- 2) Encaminhar procedimentos que eliminassem e/ou reduzissem os pontos de estrangulamento da infra-estrutura e dos serviços públicos.

Do ponto de vista metodológico, a elaboração do diagnóstico das finanças municipais tomou como referência as competências tributárias das esferas de governo e os critérios de repartição das receitas definidos pela Constituição de 1988. Assim, os municípios foram classificados em 3 diferentes tipos de acordo com a composição de suas receitas:

Tipo A - aqueles que apresentam uma grande dependência em relação aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Enquadram-se nesse tipo mais de 3 mil municípios do país, cuja receita própria situa-se em torno de 10% da receita disponível. Ou seja, 90% dos recursos desses municípios são provenientes das transferências constitucionais, especialmente do FPM. Além disso, as principais fontes de tributação desses municípios são o IPTU, o ITBI e o ISS, impostos que apresentam maior rentabilidade (potencial de arrecadação) nos médios e grandes municípios. Nos de pequeno porte, com base eminentemente rural, a propriedade urbana é pouco significativa e o setor de serviços é pouco expressivo. Não há, portanto, muito que arrecadar.

Tipo B - Municípios onde a presença de atividades industriais é relevante e, portanto, a quota-parte do ICMS representa a principal fonte de arrecadação.

Tipo C - Municípios que, dadas algumas características peculiares (porte populacional, peso expressivo do setor de serviços, perfil político-administrativo, tradição turística), desenvolveram uma gestão eficiente das receitas tributárias próprias, especialmente do IPTU e do ISS.

Foi esta tipologia que orientou a classificação dos municípios pesquisados e deu suporte para a definição do potencial de cada um para o desenvolvimento de

atividades com capacidade para a geração de emprego e renda e para a adoção de procedimentos que eliminassem e/ou reduzissem os pontos de estrangulamento da infra-estrutura e dos serviços públicos.

Outra ferramenta analítica utilizada nos diagnósticos sobre as finanças dos municípios estudados foram os indicadores estáticos e dinâmicos de avaliação financeira freqüentemente utilizados nas finanças públicas.

Estes indicadores permitem avaliar, por exemplo: a capacidade financeira do governo para assumir novos compromissos financeiros e para a realização de novos empréstimos; o desempenho das principais fontes de receitas; os índices de crescimento para todos os elementos da receita e da despesa. Por sua vez, a análise temporal destes indicadores possibilita realizar projeções para comportamentos futuros.

No entanto, muito embora a utilização das ferramentas metodológicas seja importante para o diagnóstico de avaliação financeira dos governos não é facultado ao analista de finanças públicas esquecer que a eficiência na gestão da política tributária está associada à capacidade técnica e à vontade política da administração local. Ou seja, o fato de explorar eficientemente seu potencial de arrecadação própria embora esteja associado à decisão de incrementar suas receitas - permitindo ampliar e melhorar a oferta de serviços públicos - não resta dúvida que a eficiência está fortemente relacionada à capacidade técnica e, especialmente, à vontade política da administração.

Foram estes balizamentos metodológicos que permearam as análises e os diagnósticos das finanças municipais realizados no âmbito dos projetos do PRODER assim como em outros trabalhos que tiveram como foco o estudo das finanças dos governos locais.

A tese de Doutorado que tratou dos temas do federalismo fiscal e da descentralização das políticas públicas no Brasil no período de 1984 a 1994 foi o trabalho de maior fôlego realizado na área de economia do setor público. Sob o título *Federalismo Fiscal e Descentralização de Políticas Públicas no Brasil* foi publicado em livro pela Editora UNESP em 2000 e gerou a publicação do artigo

Gastos Sociais dos Municípios e Desequilíbrio Financeiro na Revista Brasileira de Administração Pública no ano de 2001.

Decorridos nove anos desde sua publicação podemos afirmar com um misto de satisfação como pesquisador e de pesar como cidadão que:

1 - a hipótese principal desenvolvida no trabalho que deu sustentação a uma de suas principais conclusões mostrou-se consistente.

2 - os elementos constitutivos do federalismo fiscal e do processo de descentralização das políticas sociais no Brasil evoluíram na direção apontada no trabalho.

Definido o principal objetivo do trabalho, ou seja, avaliar as razões explicativas do fato de que tanto o federalismo fiscal quanto as políticas de descentralização decorrentes da Constituição de 1988 não terem conseguido atingir os objetivos que fundamentaram os argumentos que lhes deram suporte, formulamos a hipótese que balizou a direção e o desenvolvimento da pesquisa: a descentralização, da forma como foi implementada desde os anos 80, em lugar de aperfeiçoar o processo de democratização e de tornar mais eficaz a realização das políticas públicas foi, progressivamente, assumindo o caráter de problemas a resolver. Entre eles, o agravamento do desequilíbrio financeiro dos Estados e dos Municípios.

Nas considerações finais afirmamos que a descentralização e a municipalização das políticas sociais iriam depender, no futuro, de uma reforma do sistema tributário que permitisse ampliar as bases de arrecadação própria dos Municípios. Entre outras condições, essa reforma seria importante para o equilíbrio federativo, pois a ênfase excessiva nas transferências que caracteriza o sistema tributário em vigência desde 1988 é incompatível com os princípios básicos do federalismo. Sabe-se que a ênfase nas transferências distorce estes princípios uma vez que:

- Subordina as esferas subnacionais de governo aos requerimentos das esferas superiores;
- Compromete as finanças da União e o exercício da justiça fiscal; e,
- Abre espaço para a manipulação política.

Este panorama projetava para o futuro o agravamento do conflito federativo no Brasil uma vez que as tendências observadas naquele momento apontavam para a centralização dos recursos tributários na esfera da União, por um lado, e para a continuidade da descentralização dos encargos, por outro. Tendências que, nos últimos dez anos, se consolidaram.

A análise da proposta de reforma tributária do governo federal que está sendo debatida no Congresso Nacional desde 2003 (PEC 41/03) demonstra que não há muitas esperanças que ela possa contribuir para a evolução do federalismo fiscal brasileiro.

Primeiro, porque algumas das mudanças no sistema tributário contidas na proposta indicam que haverá um aumento ou pelo menos a manutenção dos elevados níveis da atual carga tributária. Segundo, porque os debates ocorridos até o momento no Congresso Nacional deixaram evidente que não existe consenso para a elaboração de um projeto que tenha minimamente resquícios de um projeto comum.

Há um foco de insatisfação dos governadores dos estados quanto aos rumos tomados pela discussão do projeto na Câmara dos Deputados localizado nos conflitos pela divisão dos recursos tributários e na guerra fiscal. A questão do sistema de cobrança do ICMS (origem ou destino) é um dos principais pontos de conflito que opõe, de um lado, os estados mais desenvolvidos (produtores/exportadores) e, de outro, os menos desenvolvidos (consumidores/importadores).

Acrescente-se a esta e às demais questões controversas presentes na discussão da reforma tributária o fato de que uma conjuntura caracterizada pela redução da atividade econômica e queda de arrecadação tributária não representa o momento propício para realizar uma reforma tributária. Há algum tempo que os Estados e os Municípios vêm sofrendo uma forte redução de suas receitas decorrente do impacto da retração da atividade econômica que rebate, de um lado, sobre a arrecadação do ICMS e, de outro, sobre as transferências constitucionais da União (FPE e FPM) por meio da queda das receitas do IPI e do IR. Nestas condições, o desejo dos Estados e dos Municípios é ter suas receitas aumentadas via reforma tributária.

Por sua vez, o governo federal encontra-se empenhado em aumentar sua participação no bolo tributário por meio das receitas das contribuições sociais que não são passíveis de partilha com as demais esferas de governo. A mais recente iniciativa neste sentido é a recriação da CPMF agora denominada de CSS (Contribuição Social para a Saúde).

Neste cenário de aguçamento do conflito federativo fica comprometido o alcance da reforma tributária em promover as mudanças na direção da justiça tributária e da racionalização do sistema tributário.

Mas há ainda um aspecto fundamental nesta discussão. Está faltando na proposta do governo e no debate sobre a reforma tributária, tanto no Congresso Nacional quanto na literatura especializada, o fio condutor do desenvolvimento econômico. Desde meados da década de 80 ficaram esvaziados os objetivos do desenvolvimento em razão da instabilidade monetária e da ausência de um projeto de Nação. Não há clareza sobre os rumos que o país deve seguir. Os debates sobre a reforma tributária seguem ao sabor dos interesses e de visões de curto prazo destituídos, portanto, de uma visão sistêmica da economia e de um compromisso com o futuro do país.